

# (In)formação como instrumento de mediação no âmbito do orçamento participativo

## Adolfo Júlio Porto de Freitas

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, MG - Brasil.  
Professor da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, PB – Brasil.  
<http://lattes.cnpq.br/2009730566184979>  
*E-mail:* adolfoporto59@gmail.com

## Marlene Oliveira Teixeira de Melo

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB) - Brasília, DF - Brasil. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, MG – Brasil.  
<http://lattes.cnpq.br/0146077522102988>  
*E-mail:* marlene@eci.ufmg.br

Recebido em: 15/08/2014. Aprovado em: 04/04/2015. Publicado em: 19/02/2016.

## RESUMO

O artigo, parte do relato de pesquisa de doutorado cujo tema une informação e orçamento participativo, apresenta fundamentação teórico/prática para a informação. Enquanto elemento da linguagem, constitui-se em parte fundamental no processo de mediação na relação entre atores sociais (mundo da vida/mundo do sistema) que integram práticas democráticas participativas. O referencial teórico fundamenta-se na perspectiva da teoria crítica e no estudo da informação à luz da teoria da Ação Comunicativa de Habermas, orientada pelas noções do agir comunicativo. Na articulação dessa teoria com os pressupostos da ciência da informação, optou-se pela visão do paradigma sociocognitivo que compreende a informação como parte de um lugar de aprendizagem que comporta elementos de um sistema de signo (linguagem) que, pela racionalidade (procedimental), estabelece um ambiente propício (mediação) para o compartilhamento intersubjetivo de informações no âmbito de uma estrutura sociopolítica. Do universo da produção acadêmica de três universidades federais brasileiras (UFMG, UFPB e UFRS) foram selecionadas para compor o corpus teórico da pesquisa 10 teses e 15 dissertações. Como resultado, apresenta-se um contexto comunicativo propício (ideal) para a informação (ação informacional procedimental), como elemento que subsidia o processo de mediação na relação entre atores que participam de práticas democráticas. Fica posto o papel que assume a informação no processo de mediação nas relações entre atores do mundo do sistema ↔ mundo da vida, mas ciente que se trata de estudo em aberto e que subjaz, ainda, nas relações de mediação (informação) a predominância do “poder” instituído sob a guarida do mundo do sistema.

**Palavras-chave:** Informação e orçamento participativo. Informação e mediação. Teoria da ação comunicativa. Paradigma sociocognitivo. Ação informacional procedimental.

## *(In)formation as a mediation instrument in the participatory budget scope*

### ABSTRACT

*This article, part of the doctoral research report whose theme unites information and participatory budgeting, presents theoretical and practical grounds for information. As a part of language, it constitutes a fundamental part in the mediation process in the relationship between social actors (world of life/world of the system) who integrate participatory democratic practices. The theoretical framework is based on the perspective of critical theory and information studies in the light of Habermas' Communicative Action, guided by notions of communicative action. Articulating this theory with the assumptions of information science, the social and cognitive paradigms were chosen, comprising information as part of a learning space which includes elements of a sign system (language) that, through rationality (procedural), establishes a favorable environment (mediation) for the intersubjective sharing of information within a socio-political structure. To compose the theoretical corpus of the research, 10 theses and 15 dissertations were chosen among the universe of the scholarly production of three Brazilian federal universities (UFMG, UFPB and UFRS). As a result, a favorable communicative context (ideal) for information (procedural information action) is presented, as a supporting element of the mediation process in the relationship between participants of democratic practices. Information takes its place in the process of mediation in the relations between actors of the world of life ↔ world of the system, but aware that this is still an open study, underlying still, in mediation relations (information), the predominance of the imposed “power”, sheltered by the world of the system.*

**Keywords:** Information and participatory budgeting. Information and mediation. Theory of communicative action. Social and cognitive paradigm. Procedural information action.

## **(In)formación como herramienta de mediación en el presupuesto participativo**

### **RESUMEN**

*El artículo, parte del trabajo de investigación doctoral cuyo tema es información y presupuesto participativo, presenta bases teóricas y prácticas para información. Como parte de la lengua, que constituye una parte fundamental en el proceso de mediación en la relación entre los actores sociales (mundo de la vida/mundo del sistema) que integran las prácticas democráticas participativas. El marco teórico se basa en la perspectiva de la teoría crítica y el estudio de la información a la luz de la teoría de acción comunicativa de Habermas, guiados por nociones de la acción comunicativa. Articulando la dicha teoría con las premisas de la ciencia de la información, se optó por la visión de los paradigmas social y cognitivo, que incluyen la información como parte de un lugar de aprendizaje, con elementos de un sistema de signos (lenguaje) que, por la racionalidad (procedimiento), establece un entorno propicio (mediación) para el intercambio inter-subjetivo de informaciones dentro de una estructura sociopolítica. Para componer el corpus teórico de la investigación, 10 tesis y 15 disertaciones fueron escogidas entre el universo de la producción académica de tres universidades federales brasileñas (UFMG, UFPB and UFRS). Como resultado, se presenta un contexto comunicativo favorable (ideal), como un elemento de apoyo del proceso de mediación entre los participantes de las prácticas democráticas. La información ocupa su lugar en el proceso de mediación en las relaciones entre los actores del mundo de la vida ↔ mundo del sistema, pero conscientes de que este es un estudio en abierto en subyace, todavía, en las relaciones de mediación (información), el predominio del “poder” impuesto, protegido por el mundo del sistema.*

**Palabras clave:** Información y presupuesto participativo. Información y mediación. Teoría de acción comunicativa. Paradigma social y cognitivo. Acción informativa procesal.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta uma fundamentação teórico/prática para a informação, enquanto elemento da linguagem, constituir-se parte fundamental no processo de mediação na relação entre atores sociais que participam de práticas democráticas participativas. Como toda pesquisa, começa com o “ato de perguntar” sobre o que se deseja estudar (ZILLES, 2006). Cumpre aqui indagar: é possível apresentar uma possibilidade de abordagem teórico/prático que seja válida para a *informação*, enquanto elemento do processo de comunicação (mediação) entre atores sociais (mundo do sistema/mundo da vida), contribuir para o aperfeiçoamento das práticas democráticas, a exemplo do Orçamento Participativo (OP)?

Fica evidente que o problema da pesquisa que norteou o processo de investigação partiu do pressuposto de que a *informação* assume um duplo papel no âmbito das práticas democráticas. A de se constituir em elemento de mediação (vetor) que contribui para a formação de uma consciência cidadã, como a de ser capaz de corroborar para reproduzir práticas de comunicação e informação não condizentes com os princípios da democracia.

Significa que foi necessário examinar as operações “discursivas”, que no caso do estudo em tela quer dizer identificar os tipos de racionalidades da ação de comunicação e informação para saber até que ponto a coordenação da gestão do OP (como parte do aparelho burocrático do mundo do sistema/Estado) é responsivo aos atores sociais envolvidos (mundo da vida)<sup>1</sup> nas práticas democráticas participativas.

Portanto, nos tipos de racionalidades da coordenação da ação de comunicação e informação, residem as possibilidades de inúmeros estudos, a exemplo das barreiras informacionais existentes no processo de mediação (geração/produção, recepção/acesso e uso/compartilhamento), que dificultam o aprimoramento das experiências democráticas participativas.

Assim, a ciência da informação(CI) se apresenta como campo teórico importante para o estudo da dimensão informacional no âmbito das práticas democráticas participativas, embora a literatura da área revele uma escassez de resultados de pesquisas. Pois os relatos dos trabalhos publicados focalizam, apenas, os problemas relacionados ao

---

<sup>1</sup> Em seção seguinte deste artigo apresentamos um conceito de “mundo da vida” a partir da concepção de Habermas (1987).

acesso à informação pública e “pouco se discute sobre a informação que dá suporte **ao uso pleno e à compreensão dessa informação** de cunho governamental” (MANGUE, 2008, p.11 grifo nosso).

A base teórica central adotada para a pesquisa foi a noção do contexto do “agir comunicativo” defendido por Habermas (2002), onde a *informação* é compreendida como parte de um processo de aprendizagem social em que participam, atores do “mundo do sistema” e do “mundo da vida”, ambos portadores de saberes que se complementam quando ocorre a discussão intersubjetiva voltada para o entendimento\_ *razão comunicativa*.

Nessa abordagem, o estudo da *informação* se coaduna com o paradigma sociocognitivo da ciência da informação (CI) ao fazer parte de um lugar da aprendizagem humana que abre para a oportunidade de vislumbrar novas formas de relação e interação social (mediação) entre atores do mundo do sistema e do mundo da vida, em práticas democráticas participativas.

Mas, ao associar aos princípios teóricos do “agir comunicativo proposto por Habermas (2002), a *informação* só adquire validade (fundamento) para o processo de aprendizagem (formação de novos padrões de mediação) quando passa a comportar elementos de um sistema de signo (linguagem), que por meio de uma racionalidade (procedimental) estabelece um ambiente propício para o compartilhamento intersubjetivo da informação, que retorna na forma de significação (conhecimento) para os atores sociais que participam do processo informacional.

Na perspectiva da teoria da democracia, a expressão “formação de novos padrões de mediação” significa a busca de uma base teórica explicativa que seja capaz de eliminar o “dualismo abstrato” das relações sociais entre o Estado e a sociedade civil, isto é, ultrapassar a concepção defendida, inicialmente, pelo pensamento político de Marx, que enxergava na modernidade política uma separação entre Estado e a sociedade civil desde a Revolução Francesa, ou seja, entre o mundo político e o mundo social. Posteriormente,

essa antiga ambiguidade passou a ser criticada por Schumpeter, (1984); Sartori, (1994); Hel, (1995); Habermas, (1996) apud Farias (2007).

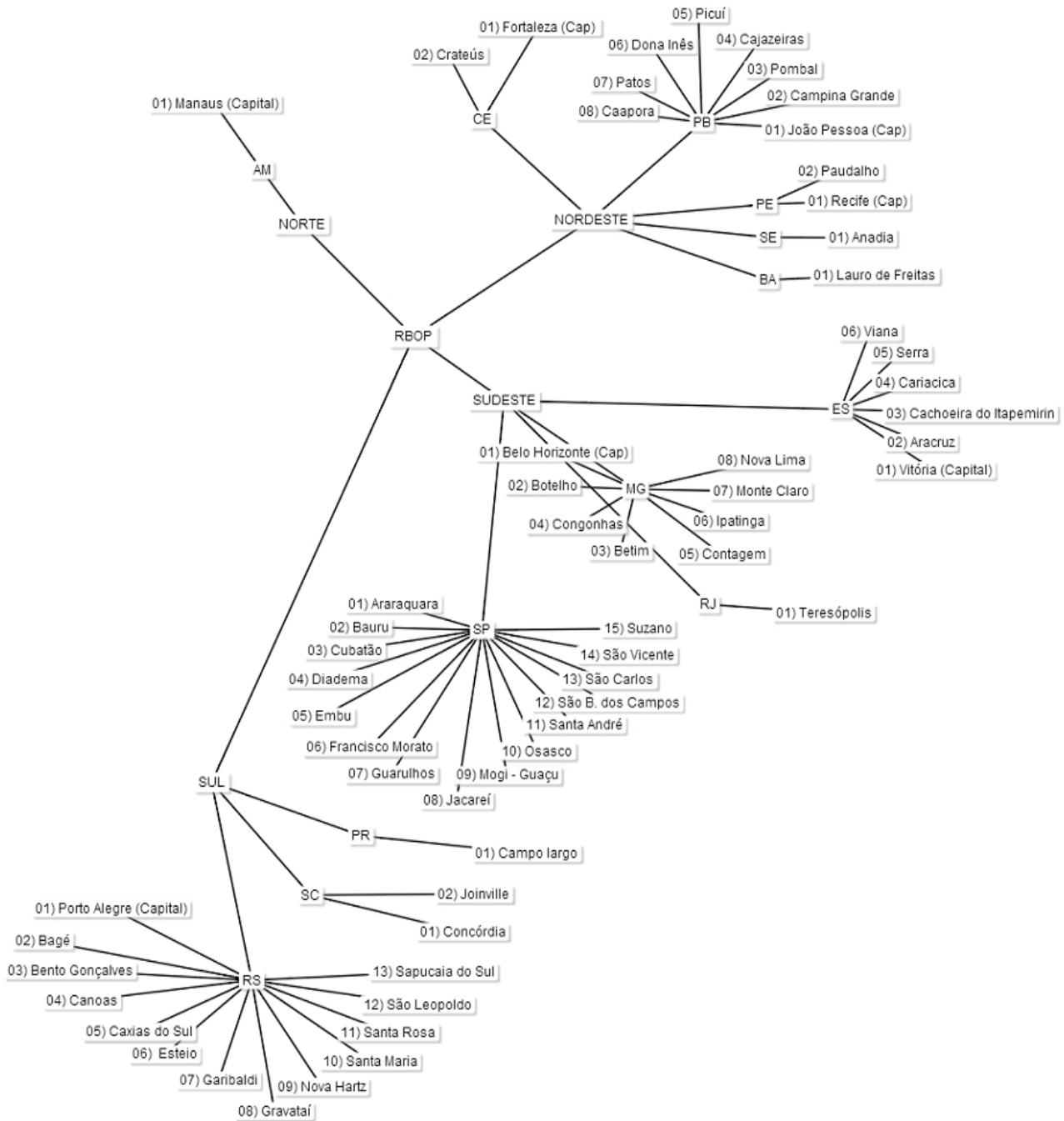
Na ciência da informação o que se busca é uma abordagem teórica válida para a *informação* constituir um instrumento que subsidia a mediação, enquanto “discurso”, entre o Estado ↔ cidadão ↔ sociedade, isto é, refere-se à proposta de construção de um “contexto informacional” propício (ideal) para que ocorra a razão comunicativa, segundo Habermas. (1989).

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Em pesquisa prévia realizada sobre o tema investigado (informação e orçamento participativo), constatou-se que existe grande número de publicações que relatam estudos de casos sobre os modelos de experiências participativas em municípios brasileiros, implantados desde a década 1960. Esse dado preliminar implicou adotar, para orientar o processo de construção da moldura amostral da pesquisa, o recorte espaço-temporal do contexto histórico, social e político brasileiro em que se observou a institucionalização, na cidade de Porto Alegre/RS em 1989, do orçamento participativo (OP). Considerado pela maioria dos autores do corpus teórico analisado como a primeira política de governo implantada após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Para justificar a representatividade do *corpus* teórico selecionado composto pela produção acadêmica de teses e dissertações aprovadas no âmbito das universidades federais de Minas Gerais/UFMG, da Paraíba/UFPB e do Rio Grande do Sul/UFRS, dois procedimentos técnicos foram utilizados. O primeiro foi uma consulta à Rede Brasileira de Orçamento Participativo (RBOP) para identificar os estados com maior número de municípios cadastrados na rede. O resultado desta pesquisa pode ser visualizado na figura 1, como um diagrama.

Figura 1 – Clusters dos estados que possuem municípios cadastrados na RBOP



Fonte: Diagrama elaborado pelo autor da pesquisa. (FREITAS, 2013). Acesso aos dados da RBOP em 31/08/2011 ([www.redeop.brasil.com.br](http://www.redeop.brasil.com.br))

Ao analisar a composição da RBOP, constatou-se (2011) a presença de treze (13) *clusters* representados pelos estados brasileiros, os quais serviram de orientação para realizar a consulta no Banco de Teses e Dissertações do Portal/Capes-BTD, com

vistas a identificar o número de referências citadas sobre o tema da pesquisa relativas à produção científica das 13 universidades federais relacionadas aos estados que possuem municípios cadastrados na rede brasileira de OP.

O resultado da consulta contemplou quinhentos e cinquenta e três (553) registros de referências relacionadas aos termos de busca (orçamento participativo; direito à participação; participação e deliberação e; direito à informação) identificados no BTB do Portal/Capes, dos quais vinte e seis (26) são de teses e cento e quarenta e três (143) são dissertações. Esses dados referem-se às teses e dissertações relacionadas às universidades federais dos estados de Minas Gerais/UFMG, Paraíba/UFPB e Rio Grande do Sul/UFRGS.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e analítica interpretativa. Da moldura do universo da produção acadêmica das três universidades (UFMG, UFPB e UFRS), foram selecionadas para compor o *corpus* teórico da pesquisa dez (10) teses e quinze (15) dissertações. Não obstante, para ultrapassar o interdito de Elias (1994), que o “todo” é diferente da soma de suas “partes”, se fez necessária a adoção também dos critérios da observância à exaustividade, homogeneidade e pertinência da amostra em relação ao universo da produção acadêmica sobre o tema, segundo Bardin (2011).

## A SÍNTESE DA TRAJETÓRIA DOS FUNDAMENTOS DA PESQUISA

“[...] todo artista tem que ir aonde o povo está.”  
(Milton Nascimento).

O primeiro argumento que apresentamos refere-se à informação que se fundamenta nas noções dos princípios da emancipação, segundo Habermas (1989), quando se reporta à razão ética e à razão moral da ação comunicativa.

Nos princípios da razão ética, a informação passa a ser compreendida aqui como um elemento da linguagem que subsidia o “discurso” dos atores sociais que participam do processo informacional em práticas democráticas participativas. A informação, portanto, é vista

como instrumento de mediação que corrobora a formação de uma consciência crítica, que leva os atores sociais a reconhecerem a necessidade do estar e agir no mundo (eu e o mundo).

Nos princípios da razão moral, a informação é usada no processo de entendimento intersubjetivo que se estabelece na ação comunicativa entre os atores sociais (do mundo da vida e do mundo sistema). Portanto, corrobora a compreensão do que é melhor para o bem comum e/ou do coletivo. Ambos os princípios da informação explicitados anteriormente, constituem o que chamamos de razão informacional, alusão à razão comunicativa. (HABERMAS, 1989).

É importante frisar que a compreensão do termo “discurso” já referenciado seria o percurso dos vários sujeitos: “o sujeito do mundo da vida” e “o sujeito do mundo do sistema”, e que essas “ordens sociais” administram os sentidos dos vários discursos com base em um jogo de saberes e poderes, estes também frutos de uma construção discursiva.

A opção por esse modo de compreender o discurso dos atores sociais significa inverter a tradição intelectual de pensar um sujeito constituído de um saber. É o saber que constitui os sujeitos, fruto da mediação que se estabelece na relação entre sujeitos do mundo da vida com o do mundo do sistema. Ao colocar o saber dos sujeitos como produto desta mediação, em que a informação é parte constituinte, o saber passa a ser constituído intersubjetivamente.

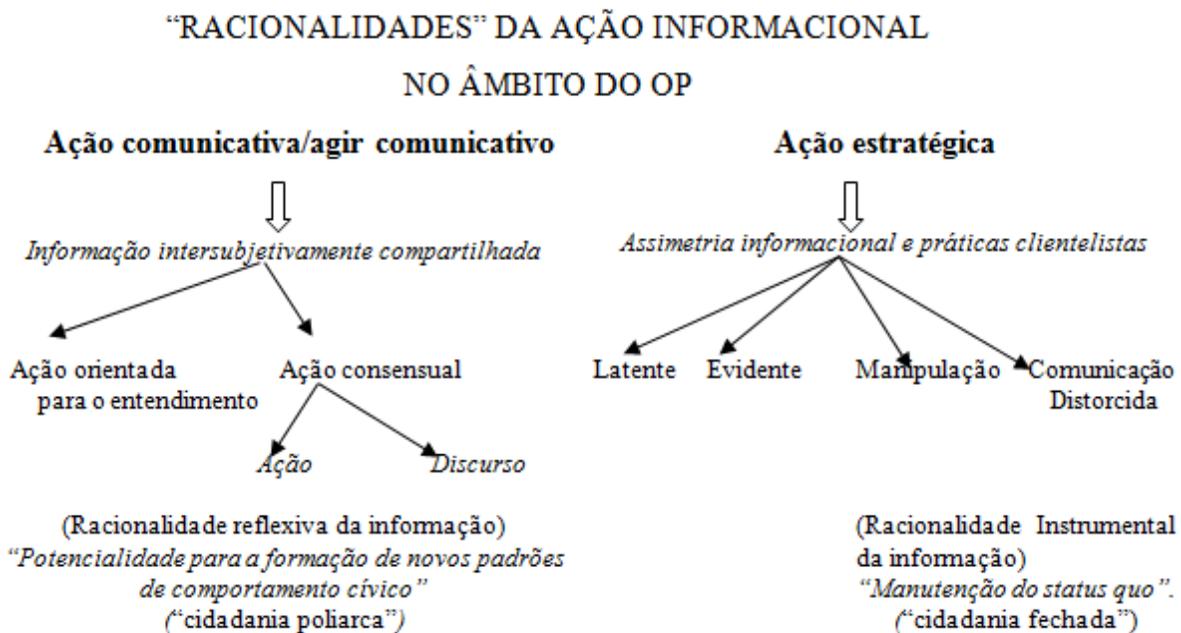
É desta forma que Habermas descarta a possibilidade de um processo de racionalização da ação de comunicação que conduza as mudanças sociais, como teorizava Max Weber, e busca uma forma de investigação distinta daquela usada pelos cientistas sociais clássicos (HABERMAS, 1980). Tal compreensão exige explicitar aqui os tipos de racionalidade de ação social que estão presentes nas coordenações das ações de comunicação e informação no âmbito das práticas democráticas participativas.

Podem-se distinguir os diferentes tipos de ação social em função do modo como especificam a coordenação da ação entre as ações direcionadas a metas dos diferentes participantes, cada um com suas pretensões de validade. **A ação teleológica** ocorre quando o modo de coordenação visa ao entrelaçamento de cálculos egocêntricos de utilidade. Essa ação pode tornar-se ação estratégica quando nesse cálculo entrar a antecipação de decisões por parte de, pelo menos, um ator. **Ação regulada normativamente** ocorre se o modo de coordenação visa a um acordo socialmente integrante sobre valores e normas, instituído através da tradição cultural e da socialização; e **ação dramaturgica**, quando visa uma relação consensual entre atores e seu público. Por último, se a ação objetiva alcançar entendimento em um processo de interpretação cooperativo e permite o estabelecimento de relações com o mundo, têm-se **a ação comunicativa** (HABERMAS, 1982 apud BAUMGARTEN, 1998, p.145, grifo nosso).

Significa examinar as operações discursivas, que no caso do estudo em tela, quer dizer identificar o tipo de racionalidade da coordenação de comunicação e informação do OP, para saber até que ponto a coordenação da gestão do OP (mundo do sistema) é responsivo aos atores sociais envolvidos nos processos participativos, no que se refere à abertura para o acesso, uso, compartilhamento e produção da informação disseminada no âmbito do OP.

É através da identificação dos tipos de racionalidades da ação de coordenação de comunicação e informação existentes nas práticas democráticas participativas que se abrem para as possibilidades de estudos dos níveis e estágios de avaliação do grau de comprometimento de atores do “mundo do sistema” em relação aos atores do mundo da vida, expressado no direito pleno à informação de caráter social e pública. A figura 2 apresenta dois casos extremos do papel da informação como instrumento de mediação em relação às racionalidades da coordenação de comunicação e informação (comunicativa *versus* estratégica) no âmbito do OP.

Figura 2 – Tipos de racionalidades da coordenação da ação informacional



Fonte: Do autor da pesquisa (FREITAS, 2013), com adaptação (HABERMAS, 1996, p. 10 apud MERLIN, 2000).

A figura 2 apresenta dois tipos de racionalidade da ação informacional, em que a ação comunicativa está representada pela abertura dos canais de comunicação e informação para validade do discurso orientado ao entendimento para o que é melhor para o bem comum e/ou do coletivo (estágio de “cidadania poliarca”). Por sua vez, a ação estratégica está representada pelos discursos da comunicação distorcida (assimetria informacional) que leva a manutenção do *status quo* (estágio de “cidadania fechada”) no processo de disseminação da informação no âmbito do OP.

Dentre as possibilidades de acesso à problemática dos modelos de racionalidades presentes nos estudos dos processos democráticos, Habermas (2002a) propõe a reconstrução racional das interações linguísticas, que tem como princípio a interpretação da razão comunicativa/agir comunicativo. Pode-se dizer aqui, que na linguagem (informação) está presente um nexo de entendimento e consenso que possibilita a integração dos atores sociais nos dois “mundos”, o da vida e do sistema. A expressão “mundo da vida”, na concepção de Habermas (1987, p. 196), é um ambiente complexo, que implicitamente inter-relaciona em um só contexto três níveis de interpretação: a cultura, a sociedade e a personalidade, como se nota na citação a seguir.

[...] los participantes em la comunicación se abastecen de interpretaciones para entenderse sobre algo en el mundo”. A sociedade está presente “[...] las ordenaciones legítimas através de las cuales los participantes em la interacción regulan sus pertencias a grupos sociales, assegurando com ello la solidariedad”. E a personalidade refere-se a um conjunto de “[...] las competências que convierten a um sujeto em capaz de language y de acción, esto es, de entendimento y para afirmar em ellos su propia identidad”. (HABERMAS, 1987, p. 196).

Embora a concepção de “mundo da vida” de Habermas possua uma lógica de integração social distinta da integração sistêmica, esta argumentação se sustenta na pesquisa voltada para o estudo do papel da informação no âmbito do orçamento do OP pelo pressuposto de que é possível através da “ação informacional procedimental” construir um telos de uma racionalidade capaz de interligar

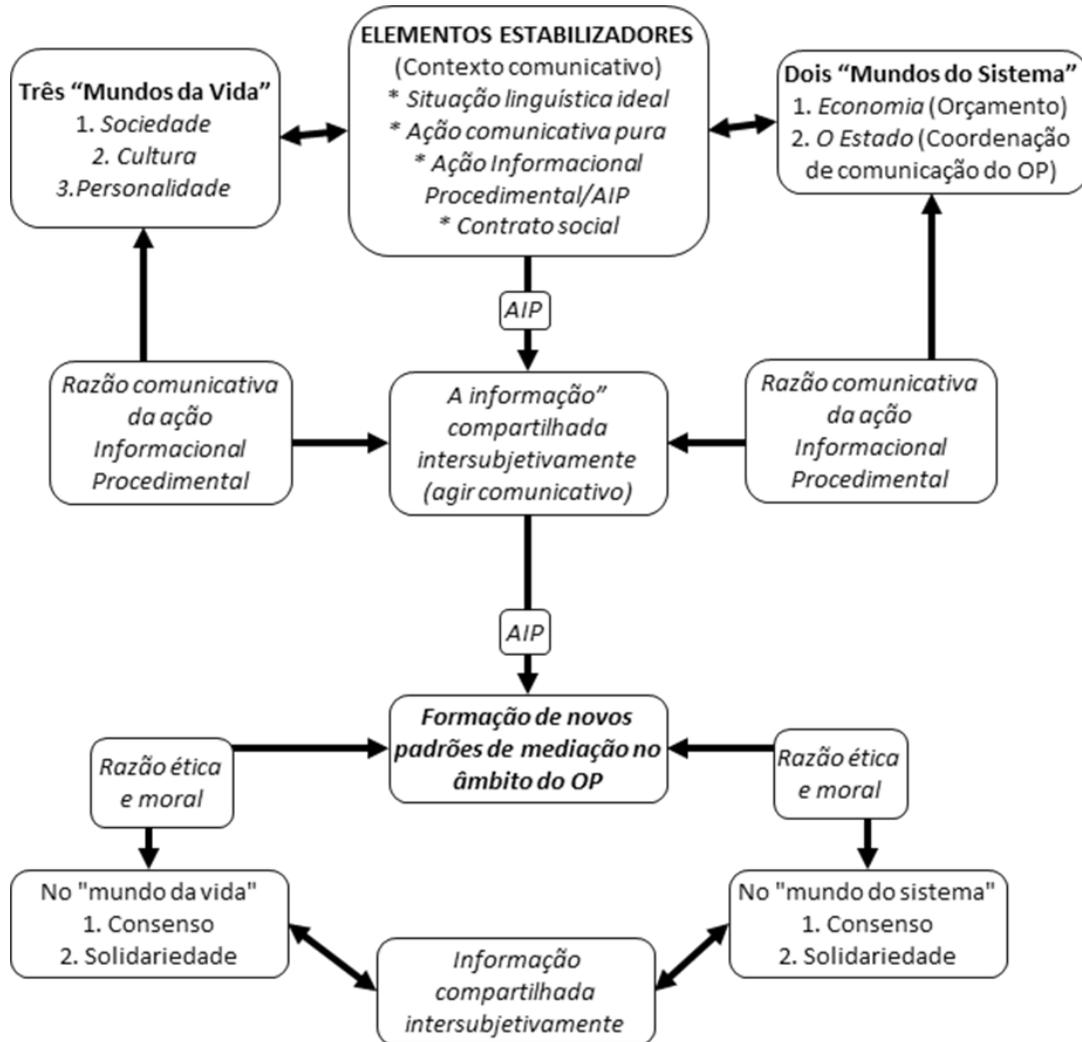
os “dois mundos”. Pois ambos os discursos (o do mundo da vida e o do mundo do sistema) não são duais, ou seja, um não exclui o outro, mas se complementam intersubjetivamente mediante o agir comunicativo, quando pautado numa ética e moral mediada (informação) sob a guarda dos dispositivos constitucionais que estabilizam a ação informacional procedimental (AIP) para garantir o direito ao acesso à informação pública e a participação do cidadão comum em todos os estágios do processo do OP.

Essa perspectiva de análise implica conceber o orçamento participativo (OP) como fruto da tessitura de basicamente duas memórias discursivas: a memória institucional, aqui denominada sistêmica, isto é, oriunda da coordenação de comunicação e informação do aparelho burocrático do Estado, a qual dita normas, elabora o discurso oficial que regula e torna real um aparato de regras; e a memória do mundo da vida subjacente ao discurso institucional, onde reside um saber atemático, que é um saber ainda não sistematizado oriundo da vida social. Significa ensejar um querer saber a respeito de algo que se pergunta pelo que ainda não se sabe, mas que se move em direção ao desvendamento do que se está perguntando pela via informacional e da razão comunicativa.

Assim, a opção pela abordagem de Habermas se justifica em face do interesse em estudar o agir comunicativo/razão comunicativa como um recurso teórico para pensar sobre em que contexto de interação social, a ação informacional procedimental (AIP) pode se constituir num vetor para a formação de novos padrões de mediação no âmbito do orçamento participativo(OP), no atual estágio da democracia brasileira. Mas, para garantir a validade deste contexto que integra os dois “mundos”, é preciso vencer os desafios impostos pelos modelos de democracia contemporânea.

Significa dizer que a referida integração exige um contexto comunicativo propício (ideal), onde estejam presentes os “elementos estabilizadores para a ação informacional procedimental (AIP) se constituir num vetor para formação de novos padrões de mediação no âmbito do OP. A figura 3 ilustra o contexto comunicativo ideal.

Figura 3 – Formação de novos padrões de mediação no contexto comunicativo no âmbito do OP<sup>2</sup>



Fonte: Do autor da pesquisa (FREITAS, 2013).

Na figura 3, observa-se que a ação informacional procedimental (AIP) é relativa ao “agir comunicativo”, cuja ação é subsidiar o processo de mediação via informação na relação dos atores sociais (mundo da vida e mundo sistema). Porém, só se torna possível ocorrer a formação de novos padrões de mediação no âmbito do OP, quando a ação informacional procedimental (AIP) é legitimada por um contexto comunicativo propício (ideal).

Mas, ciente de que a informação, enquanto elemento da linguagem, que subsidia a mediação no âmbito de uma estrutura social, depende do sujeito cognitivo-social para que ocorra o deslocamento do estado do “signo” linguístico (informação acrítica) para o estado “significante” da linguagem (informação crítica), sem o qual se impossibilita a formação de novos padrões de mediação pautados nos princípios da razão ética e moral, que aqui convencionamos chamar de razão informacional.

<sup>2</sup> Os conceitos operacionais contidos na figura 2 estão descritos na tese de doutorado do autor, intitulada “A informação com fundamento para a formação de novos padrões de cultura cívica no âmbito do orçamento participativo (OP), defendida e aprovada em julho de 2013, na Universidade Federal de Minas Gerais/PPGCI/UFMG.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da pesquisa que une a informação e o orçamento participativo (OP) como instrumentos dos processos de mediação na relação de atores sociais (mundo da vida/mundo do sistema) no âmbito das práticas democráticas participativas revelou que ambos são campos de estudos de dimensões heurísticas que expressam contradições epistemológicas e polissemias conceituais, teóricas e práticas, desde quando se tornaram fenômenos de interesse de pesquisadores nas academias. Na contemporaneidade, ora são estudados como possibilidades de uma contra hegemonia (emancipação) de um poder instituído, ora como meros “instrumentos” para manipulação e/ou prolongamento do poder.

Mas, pode-se apreender aqui que a informação, enquanto elemento que subsidia o processo de mediação no âmbito de uma estrutura sóciopolítica, a exemplo do OP, depende de um contexto comunicativo propício (ideal) para que ocorra a passagem do estágio de saber atemático dos atores sociais envolvidos (cientes de que não sabem) para o estágio do pré saber que se move na busca do saber temático crítico e criativo, capaz de transformar a informação em conhecimento, e este em ação informacional procedimental (AIP).

Pode-se dizer, também, que este estudo contempla um tema corporativo de natureza transversal que abre para a possibilidade de integrar abordagens teórico/práticas a partir de qualquer visão de um campo ou corrente do conhecimento científico, em que na perspectiva da área da ciência da informação (CI) insere, por evidências observadas no corpus teórico da análise, a viabilidade de desenvolvimento de estudos de assimetria informacional no âmbito das relações de mediação que se estabelecem nas dimensões administrativa, participativa, financeira, territorial e normativa do orçamento participativo. (CALDAS FILHO, 2003; SILVA, 2005; PRATA, 2007; ADÃO, 2008; MANGUE, 2008; DEMOCRACIA..., 2009).

No caso proposto, em se que se fez a opção pelo estudo de caráter descritivo e interpretativo dos textos produzidos (dez teses e quinze dissertações), há um olhar prospectivo para a compreensão das potencialidades da informação e das experiências democráticas como recursos para o exercício da cidadania e enfrentamento dos problemas decorrentes da assimetria informacional e das práticas clientelistas observadas no âmbito do orçamento participativo (OP).

Aproveitamos a oportunidade aqui para ampliar o conceito para a expressão “assimetria informacional”, que no âmbito do OP pode ser compreendido como conjunto de restrições ao acesso, uso e compartilhamento da informação, bem como para a participação de atores sociais (mundo da vida) na produção, tratamento, organização e disseminação da informação. Caracteriza-se pela desigualdade ou privilégios que determinados atores e/ou grupos sociais detêm uns sobre os outros, no que se refere ao fluxo informacional de natureza administrativa, participativa, financeira, territorial e normativa do OP.

Na análise dos dados da pesquisa, ficou evidente que a racionalidade adotada nas práticas democráticas participativas via coordenações da ação de comunicação e informação, na maioria dos estudos de casos observados, é do tipo estratégica/instrumental. Caracterizam-se quando se utilizam de mecanismos de coerção para atingir o controle/regulação social (Estado Invisível), e adotam o princípio do pluralismo democrático<sup>3</sup> para o reposicionamento do “poder”.

Assim, o Estado via coordenação de comunicação e informação vislumbra a possibilidade de restaurar a sua “legitimidade” junto à sociedade civil ao estabelecer um canal de mediação para atender os “interesses” (mundo da vida) no “jogo” das práticas democráticas que definem as demandas sociais a

---

<sup>3</sup>No pluralismo democrático o Estado adota uma postura de fomento à formalização da participação dos grupos sociais nos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais, pautado no princípio da representação igualitária para a conquista da confiança e solidariedade.

serem implantadas sob a égide dos processos do orçamento participativo (OP).

Mas o que justifica a escolha do tema corporativo “informação” (que neste artigo é compreendido como um instrumento que subsidia a mediação na relação entre atores do mundo da vida com os do mundo do sistema) e o “orçamento participativo” (como política de governo) é a convicção de que ambos fazem parte de um mesmo lugar de aprendizagem social\_ a esfera pública e o exercício a cidadania.

Fica posto o papel que assume a informação no processo de mediação nas relações entre atores do mundo do sistema ↔ mundo da vida, mas ciente que se trata de um estudo em aberto, que subjaz nas relações de mediação (informação) entre as duas memórias discursivas, o “poder”, instituído, ainda, sob a guarida do mundo do sistema.

## REFERÊNCIAS

- ADÃO, S.M.T. *Informação para a ação: o uso da informação como suporte às reivindicações sindicais no âmbito da segurança e da saúde do trabalhador*. Belo Horizonte: PPGCI/ECI, 2008. 190 f. Dissertação (Ciência da Informação). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.
- BAUMGARTEN, M. Habermas e a emancipação: rumo à democracia discursiva? *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, n. 10, p. 137-178, 1998.
- CALDAS FILHO, C.A. *Educação para a democracia: a contribuição da ética do discurso habermasiana*. Belo Horizonte: PPGE/FE, 2003. 117 f. Dissertação (Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2003.
- CAUDE, J. *Pour une éthique de La médiation: lès sens des pratiques culturelles*. Saint-Martin-d'Hères/Isère: PUG, 1999. (Communication, médias et sociétés).
- DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Ed. Zarar, 1994.
- FARIAS, C.F. O processo decisório do orçamento participativo no Rio Grande de Sul: da deliberação pública à representação política. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007. p. 353 -377.
- FREITAS, A.J.P. de. *A informação como fundamento para a formação da cultura cívica no âmbito do orçamento participativo - (OP)*. Belo Horizonte: PPGCI, 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- HABERMAS, J. *Sociologia*. Tradução de Bárbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ática, 1980. (Grandes Cientistas Sociais, 15)
- \_\_\_\_\_. *Habermas: A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Tradução de Vamireh CAhacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980a.
- \_\_\_\_\_. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987. (Tomo 2: crítica de la razón funcionalista).
- \_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*/tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Universitário n. 84. Estudos Alemães).
- \_\_\_\_\_. *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada*. Rio de Janeiro, 2002. (Título original: Kommunikatives Handeln und detrranszendentalisierte Vernunft, 2001).
- \_\_\_\_\_. *Três modelos normativos de democracia*. In: \_\_\_\_\_. A inclusão do outro. São Paulo: Loyola, 2002a. Cap. 9, p. 269 – 297.
- MANGUE, D.C.S. *(In)formação um caminho para a participação política?: um estudo de caso sobre o Programa de Educação para a cidadania da ALMG*. Belo Horizonte: PPGCI/ECI, 2008. 178 f. Dissertação (Ciência da Informação). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- MERLIN, M.M.A. *Direito à participação: democracia participativa no âmbito do município*. UFMG, 2000. 204 f. Tese (doutorado em filosofia do direito). Programa de Pós Graduação em Filosofia do Direito. Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.
- PRATA, N.V. *Informação e democracia deliberativa. um estudo de caso de participação política na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: PPGCI/ECI, 2007. 162 f. Dissertação (Ciência da Informação). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- POGREBINSCHI, T. *A contradição entre o Estado e a sociedade: Marx e o dilema da modernidade política*. In: NOBRE, R.F. (Org.). O poder no pensamento social: dissonâncias. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 109-126. www.redeop.brasil.com.br
- SILVA, A.P. *O percurso da informação no conselho estadual da criança e do adolescente em Minas Gerais*. Atuação, desafios e contradições. Belo Horizonte: PPGCI/ECI, 2005. 161 f. Dissertação (Ciência da Informação). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- ZILLES, U. *Fundamentos ontológicos do conhecimento*. In: \_\_\_\_\_. Teoria do conhecimento. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. Cap. 2, p. 30 – 41. (Texto 24, Coleção filosofia, 21).